



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 309926-1

Embargante: Antônio Lourenço da Silva

Advogado: Luís Alberto Gallindo Martins

Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO QUANTO À ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 3º DA LEI Nº 8.666/93 E INCISOS XXXV E LV DO ART. 5º DA CF/88. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE EFEITOS INFRINGENCIAIS. ACLARATÓRIOS PROVIDOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Procede a alegação de que o acórdão embargado incorreu em omissão ao deixar de apreciar a arguição de afronta ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 e incisos XXXV e LV do art. 5º da CF/88.

2. À unanimidade de votos, deu-se provimento aos aclaratórios no sentido de acrescentar ao aresto embargado, sem efeitos infringenciais, os seguintes pontos: "1. Não há que se falar em ofensa ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 e incisos XXXV e LV do art. 5º da CF/88, posto que o fato que ensejou o ajuizamento da ação civil pública originária não se restringe à relação de parentesco existente entre o ora embargante e a Sra. Celma Veloso da Silva. Em verdade, a constatação de que o Sr. Antônio Lourenço da Silva era casado com uma tia da Sra. Celma Veloso da Silva, então prefeita da municipalidade de Ferreiros, constitui apenas um dos elementos levados em consideração por este Órgão Julgador para entender configurado como improbidade administrativa, enquadrado nos arts. 10, XIII e 11, caput, da Lei nº 8.429/92, o ato praticado pelos demandados concernente na facilitação da incorporação indevida de bem público ao patrimônio particular de pessoa física, através de contrato advindo de procedimento licitatório fraudulento." e "2. Embargos de Declaração conhecidos também para fins de prequestionamento do art. 3º da Lei nº 8.666/93 e incisos XXXV e LV do art. 5º da CF/88.".



814
e

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 309926-1, em sessão realizada no dia 29 de 05 de 2014, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar-lhes provimento para suprir a omissão apontada, sem efeitos modificativos, nos termos do relatório, votos e ementa em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife, 29 de 05 de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 309926-1

Embargante: Antônio Lourenço da Silva

Advogado: Luís Alberto Gallindo Martins

Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATÓRIO

Cuida-se de novos Embargos de Declaração opostos em face do acórdão proferido por este Colegiado às fls. 736/737, que conheceu dos aclaratórios então opostos em face do julgamento da Apelação Cível nº 309926-1 (fls. 653/655) apenas para fins de prequestionamento dos arts. 41 do CPP, 396 do CPC, bem como 10, XIII e 11, *caput*, da Lei nº 8.429/92, porém negou-lhes provimento.

Em suas razões recursais, de fls. 800/805, o embargante aponta omissão do julgado vergastado em relação às alegações de malferimento ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 e incisos XXXV e LV do art. 5º da CF/88, aduzindo que o fato do embargante ser parente da Sra. Celma Veloso da Silva não serve de base para se imputar ofensa aos princípios constitucionais da administração pública, não havendo que se falar em ilegalidade no aluguel da carroça objeto da controvérsia quando ausente nos autos comprovação da existência que quaisquer irregularidades no respectivo procedimento licitatório.

Ao final, requer que sejam conhecidos e providos os presentes aclaratórios para que, sanadas as omissões apontadas, reste modificada a decisão guerreada e prequestionados os dispositivos indicados.

É o relatório.

Recife, 27 de 05 de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



816
9

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 309926-1

Embargante: Antônio Lourenço da Silva

Advogado: Luís Alberto Gallindo Martins

Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

VOTO

É cediço que os Embargos de Declaração, nos moldes do art. 535, I e II, do CPC, constituem recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada.

Em regra, não possuem os aclaratórios, caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, destarte, pretende-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Verifico merecer respaldo a alegação de omissão, uma vez que, de fato, não fora feita a devida menção acerca da arguição de afronta ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 e incisos XXXV e LV do art. 5º da CF/88.

Adentrando ao exame do ponto suscitado, assinalo que não se reveste de qualquer plausibilidade a alegação do recorrente de que o fato de ser parente da Sra. Celma Veloso da Silva não serve de base para se imputar ofensa aos princípios constitucionais da administração pública, não havendo que se falar em ilegalidade no aluguel da carroça objeto da controvérsia quando ausente nos autos comprovação da existência que quaisquer irregularidades no respectivo procedimento licitatório.

Com efeito, o fato que ensejou o ajuizamento da ação civil pública originária não se restringe à relação de parentesco existente entre o ora embargante e a Sra. Celma Veloso da Silva. Em verdade, a constatação de que o Sr. Antônio Lourenço da Silva era casado com uma tia da Sra. Celma Veloso da Silva, então prefeita da municipalidade de Ferreiros, constitui apenas um dos elementos levados em consideração por este Órgão Julgador para entender



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

configurado como improbidade administrativa, enquadrado nos arts. 10, XIII e 11, *caput*, da Lei nº 8.429/92, o ato praticado pelos demandados concernente na facilitação da incorporação indevida de bem público ao patrimônio particular de pessoa física, através de contrato advindo de procedimento licitatório fraudulento.

Desta feita, não há que se falar em ofensa ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 e incisos XXXV e LV do art. 5º da CF/88. O que se verifica, na realidade, é a flagrante tentativa do embargante de rediscutir assunto já resolvido.

Em face do exposto, conheço e acolho os presentes embargos de declaração, a fim de declarar a omissão existente, acrescentando ao acórdão embargado, com o fim de integrá-lo sem que se opere efeito infringencial, os seguintes pontos: "1. Não há que se falar em ofensa ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 e incisos XXXV e LV do art. 5º da CF/88, posto que o fato que ensejou o ajuizamento da ação civil pública originária não se restringe à relação de parentesco existente entre o ora embargante e a Sra. Celma Veloso da Silva. Em verdade, a constatação de que o Sr. Antônio Lourenço da Silva era casado com uma tia da Sra. Celma Veloso da Silva, então prefeita da municipalidade de Ferreiros, constitui apenas um dos elementos levados em consideração por este Órgão Julgador para entender configurado como improbidade administrativa, enquadrado nos arts. 10, XIII e 11, *caput*, da Lei nº 8.429/92, o ato praticado pelos demandados concernente na facilitação da incorporação indevida de bem público ao patrimônio particular de pessoa física, através de contrato advindo de procedimento licitatório fraudulento." e "2. Embargos de Declaração conhecidos também para fins de prequestionamento do art. 3º da Lei nº 8.666/93 e incisos XXXV e LV do art. 5º da CF/88.".

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator